

Jornalismo e meio rural: representações sociais da agricultura familiar no Portal NSC (2010-2020)¹

Diana Mannes KOCH²
Maria Terezinha SILVA³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Esta pesquisa entende que o jornalismo desempenha papel fundamental no processo de criação, reprodução e atualização das representações a partir dos produtos que elabora e coloca em circulação na sociedade. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar e analisar as representações sociais da agricultura familiar em notícias e reportagens, verificando alterações e/ou permanências nos sentidos produzidos no transcurso de uma década (2010-2020) de cobertura jornalística em Santa Catarina. O corpus é composto por 150 matérias publicadas pela Rede NSC, principal grupo de comunicação do Estado. A análise é desenvolvida a partir de um modelo que toma as representações sociais (MOSCOVICI, 2015) como conceito operador teórico- metodológico.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Representações sociais; Agricultura familiar; Cobertura Jornalística; Portal NSC.

AGRICULTURA FAMILIAR E O RURAL CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

A pesquisa apresentada está inserida em um contexto em que a movimentação social, a criação de políticas públicas e a produção de investigações acadêmicas acerca da agricultura familiar têm crescido pouco a pouco nos últimos 30 anos. A década de 1990 no Brasil foi marcada por um movimento muito forte por parte da sociedade civil e segmentos do poder público para legitimar a agricultura familiar, o que resultou nas primeiras políticas públicas voltadas às necessidades específicas dos sujeitos rurais, de acordo com os seus respectivos negócios. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), por exemplo, foi um dos acontecimentos marcantes que ocorreram na década, com resultados importantes na linha de crédito, infraestrutura e serviços municipais em favor das atividades agrícolas. Além disso, o PRONAF representou o reconhecimento do Estado brasileiro sobre as

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – Teorias do Jornalismo do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC, email: dianamk2011@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Université Paris Nanterre (cotutela), professora do Programa de Pós Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), email: terezinhasilva12@gmail.com.

especificidades de uma nova categoria social - os agricultores e agricultoras familiares -, que até então era apenas denominada por termos genéricos como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. Com o avanço dessas discussões, em 2006 foi promulgada a Lei Federal 11.326 de julho de 2006 (BRASIL, 2006, p. 1), que define:

É considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. (BRASIL, 2006, p. 1)

Já na literatura acadêmica, agricultura familiar pode ser definida como a relação entre terra, família e trabalho, que inclui questões como costumes, valores, práticas, saberes e crenças, além de um sentimento de pertencimento a um determinado território. Ricardo Abramovay (1992) define a agricultura familiar pontuando que os membros da família estão relacionados por parentesco ou casamento, a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial e esse controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família. Seguindo nessa linha de raciocínio, Sergio Schneider (2008) acrescenta que, para entender a agricultura familiar é preciso também levar em consideração o fato de que as famílias agricultoras partilham entre si códigos de conduta, valores e normas reguladas pelo costume e tradição. Sendo tudo isso relacionado ao trabalho, ao convívio social, às relações sociais e à religiosidade que, por sua vez, se constituem e se traduzem por meio de práticas, hábitos e símbolos, muitos deles dogmatizados e que se mantêm de geração a geração por meio da cultura, constituindo suas identidades (SCHNEIDER, 2008).

Destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho e da família. Práticas estas que, historicamente falando, foram sendo diferenciadas daquelas compartilhadas e desenvolvidas nos grandes centros urbanos. E é exatamente essa dualidade, entre campo e cidade, o mito fundador da Sociologia Rural que, como explica José de Souza Martins (1981), instituiu essa oposição entre essas realidades espaciais e sociais, onde estaria uma (o rural) subordinada à outra (o urbano). Mas foi também a partir do questionamento dessa oposição entre campo e cidade que nasceu o debate sobre a definição do rural e que nos ajuda a pensar sobre os sentidos construídos sobre a agricultura familiar.

Para Maria Nazareth Wanderley (2000, p. 10) parece existir uma associação quase que consensual entre o rural e o agrícola, o que acaba fazendo com o rural seja visto pela ótica da escassez, da falta e do atraso. Como defende Wanderley (2000, p. 10), “constituiu-se uma sociologia baseada muito mais na imagem criada pelos sociólogos sobre como é o rural (e seus habitantes), do que na análise do modo de ser e de fazer das populações tidas como rurais”. Em contrapartida a esse pensamento, Wanderley (2000, p. 28-29) defende que essas categorias ou espaços (o rural e o urbano, o campo e a cidade) sejam percebidas como “representações sociais que podem ser manipuladas ou resgatadas na mobilização de ações coletivas”. Ou seja, “a questão principal seria a de identificar o lugar e o significado que essas categorias preenchem nas relações sociais em um determinado espaço” (WANDERLEY, 2000, p. 29), entendendo que “o ‘rural’ não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma” (WANDERLEY, 2000, p. 88). Nessa perspectiva, o rural “gera fatos sociais, faz emergir identidades sociais, mobiliza e organiza socialmente pessoas e grupos sociais em torno de reivindicações específicas e ressignifica a história das sociedades” (WANDERLEY, 2000, p. 130).

Observar o rural através deste prisma é admitir que a definição e o entendimento de rural nasce, circula e se transforma por meio das práticas sociais e de trocas comunicativas. Como enfatiza Ricardo Abramovay (2001, p. 26), os diversos rurais não são “uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização”. Segundo o autor, o universo rural, enquanto valor, mostra novos horizontes que instigam a reflexão sobre o meio rural, saindo de um pensamento hegemônico voltado para a produção agropecuária e chegando a outros aspectos desses territórios. Para Abramovay (2001, p. 2), não se trata de pensar em uma “definição universal” para o rural, mas de reconhecer que ele “não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades”. Como também defende Maria José Carneiro (1998), no contexto das sociedades contemporâneas, os territórios são delimitados uns dentro de outros, cujas fronteiras se cruzam e se deslocam conforme a dinâmica de reocupação dessas áreas por novos atores sociais. Nesse sentido, as fronteiras são “móveis e podem até mesmo ser deslocadas de uma espacialidade física. Isso quer dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial), mesmo estando fora desse território” (CARNEIRO, 1998, p. 35).

Nesse sentido, o rural e as práticas de agricultura nas nossas sociedades contemporâneas passam a ser vistos como “valor indispensável”, como aponta Maria de Nazareth de Wanderley (2000, p. 131). De acordo com a autora, “a categoria “rural” se enriquece na medida em que se torna o “suporte de um imaginário e de práticas de realocização”, presente, inclusive, nas cidades (WANDERLEY, 2000, p. 131). Sendo assim, o espaço rural começa a ser entendido como “o pólo do passado, da herança, dos valores profundos, da sociabilidade convivial, que termina por ressignificá-lo como um *locus* de resistência aos efeitos dos processos de deslocalização” (WANDERLEY, 2000, p. 131). Como conclui a autora, “está em curso uma nova visão do rural, que propõe uma nova concepção das atividades produtivas, especialmente daquelas ligadas à agropecuária, e uma igualmente nova percepção do “rural” como patrimônio a ser usufruído e a ser preservado” (WANDERLEY, 2000, p. 134). Ou seja, compreender a agricultura familiar e o meio rural implica refletir sobre a constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas e da sua relação cada vez mais clara com os ambientes urbanos.

Através de toda essa discussão do rural contemporâneo, este artigo toma como *objeto de estudo* as representações sociais construídas sobre a agricultura familiar na cobertura jornalística realizada por veículos da Rede Nossa Santa Catarina (NSC). Fruto da pesquisa de Mestrado desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC⁴, o *objetivo* do trabalho é identificar e analisar as representações sociais da agricultura familiar em matérias jornalísticas, verificando alterações e/ou permanências nos sentidos produzidos no transcurso de uma década (2010-2020). Para isso, a pesquisa explora a questão: quais representações sociais são produzidas pela cobertura jornalística do Portal NSC sobre a agricultura familiar?

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

O conceito de Representações Sociais foi descrito primeiramente por Serge Moscovici em sua obra *A psicanálise, sua imagem e seu público* (1961) e parte da ideia de representação como um fenômeno, no sentido de enfatizar seu caráter dinâmico nas sociedades modernas. Representações, para Moscovici, “são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um

⁴ A dissertação foi defendida em março de 2023 no PPGJOR/UFSC e aprovada pela banca avaliadora. A pesquisa contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (MOSCOVICI, 2015, p. 49). Ou seja, através de um conjunto de conceitos, afirmações e explicações, é possível existir interpretação e construção das realidades sociais. Portanto, as representações estão social e culturalmente localizadas na vida cotidiana onde elas “circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano” (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

Essa perspectiva construtivista de Moscovici reforça o papel central da comunicação, pois é ela “que permite aos pensamentos e aos sentimentos individuais convergirem e possibilita que algo individual se torne algo social” (Moscovici, 1988, p. 219, tradução nossa)⁵. Além disso, essa abordagem dialoga diretamente com o conhecimento do senso comum que é compartilhado na vida cotidiana. Para o autor, a vida cotidiana remete a um universo consensual, no qual representações são formas de conhecimento que criam e modificam a realidade e a partir dela se recriam. O processo ocorre através dos pontos de tensão de uma sociedade. Na ausência de sentido (tensão), há um movimento de busca dele novamente e de restabelecer um novo. “O propósito de todas as representações é tomar algo não-familiar, ou a própria não-familiaridade, em algo familiar” (MOSCOVICI, 2015, p. 33).

O maior interesse de Moscovici (1988, p. 221, tradução nossa)⁶ nos estudos das Representações Sociais é justamente entender os modos pelos quais, nas sociedades modernas, as “representações podem se tornar sociais, dependendo das relações entre os membros de um grupo”. Essas relações constroem o que o autor descreve como “sociedade pensante”, uma sociedade em que existem processos ativos que os sujeitos sociais mobilizam na compreensão do mundo. Nesse sentido, as representações são uma forma de conhecimento que tem como principal objetivo transformar a realidade, o que faz as representações serem, de fato, “sociais”.

Dentro do campo da Comunicação encontra-se o Jornalismo, destacando aqui sua característica midiática. Vera França (1998) e Gislene Silva (2010), ao proporem que as mídias participam da construção da realidade, destacam o caráter simbólico dos produtos jornalísticos. Nessa perspectiva, a notícia constrói versões de realidade, formando o que

⁵ No original: “[...] which enables individual thoughts and feelings to converge and allows something individual to become something social” (MOSCOVICI, 1988, p. 219).

⁶ No original: “[...] representations can become social, depending on [the relations between group members]” (MOSCOVICI, 1988, p. 221).

Miquel Alsina (1989, p. 185, tradução nossa)⁷ define como “uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente, que se manifesta na construção de um mundo possível”. O autor entende que as notícias são representações sociais da realidade, resultado de uma prática profissional específica e com uma função que não é necessariamente apresentar a vida cotidiana, mas sim se referenciar a partir dela e que a ela se volta. As representações teriam então uma finalidade prática, se materializando inclusive através das notícias. Conforme Gislene Silva (2010), as notícias são construções simbólicas que criam sentidos e que podem fazer parte das diversas composições de realidade que os indivíduos constroem e vivenciam. Como complementa Vera França (2004), ao produzir e colocar em circulação conteúdos noticiosos, o jornalismo contribui decisivamente para o processo de (re)construção de sentidos e representações acerca de temas, sujeitos, grupos e suas ações, sendo um importante espaço de observação das representações que estão em circulação na sociedade.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar o objetivo proposto — identificar e analisar as representações sociais da agricultura familiar na cobertura jornalística da Rede NSC —, optamos por elaborar uma metodologia própria tomando o conceito de representações sociais de Serge Moscovici (2015) como operador metodológico. Esse modelo é composto por três categorias: 1) *Temas* 2) *Atores em destaque* e 3) *Representações*. A primeira parte, composta pelas dimensões 1) *Temas* e 2) *Atores em destaque* tem como objetivo auxiliar na organização, classificação e descrição dos materiais jornalísticos selecionados. Através dessa primeira observação, verifica-se o destaque dado à agricultura familiar na cobertura jornalística, a quais temas ela é associada, qual a perspectiva adotada e quais atores são acionados para falar nos relatos jornalísticos sobre agricultura familiar em Santa Catarina. Para realizar a análise a partir das categorias *temas* e *atores*, realizamos ainda uma classificação dos materiais jornalísticos conforme eixos temáticos que foram sendo definidos a partir da leitura de todo o material. São eles: *Promoção da agricultura familiar*, *Transformações sociotécnicas*, *Viabilidade econômica*, *Dificuldades e reivindicações*; *Iniciativas sociais e/ou políticas públicas*.

⁷ No original: “Noticia es una representación social de la realidad cotidiana producida institucionalmente que se manifiesta en la construcción de un mundo posible” (ALSINA, 1989, p. 185).

O eixo temático *Promoção da agricultura familiar* inclui matérias cuja ênfase principal é a divulgação da agricultura familiar como tradição, vivência humana, seus modos e lugares de produção e seus benefícios para o consumidor. O eixo temático *Transformações sócio técnicas da agricultura familiar* compreende um conjunto de matérias que abordam as transformações (socioculturais e tecnológicas) da agricultura familiar, tais como os processos geralmente chamados de “modernização”, “inovação” ou profissionalização da agricultura familiar e/ou as mudanças pelas quais passam este tipo de produção agrícola. No eixo temático *Viabilidade econômica* estão matérias em que o enfoque predominante é a discussão sobre a viabilidade da agricultura familiar enquanto atividade econômica, ou seja, tem como foco a rentabilidade e lucro para os produtores. O eixo temático *Dificuldades e reivindicações dos produtores* agrega matérias cuja ênfase predominante são as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar e seus produtores, como problemas com os preços dos produtos e/ou com a safra e intempéries, assim como matérias que destacam mobilizações sociais em prol da luta por direitos dos produtores, autonomia e reconhecimento da agricultura familiar. O eixo temático *Iniciativas sociais e/ou políticas públicas para a agricultura familiar* reúne matérias cujo principal enfoque são iniciativas da sociedade civil e/ou do poder público voltadas a estimular a agricultura familiar, ou seja, matérias que divulgam ações e serviços que auxiliam a produção agrícola e no dia-a-dia das famílias agricultoras.

Na terceira dimensão, 3) *Representações sociais*, nos dedicamos a identificar e interpretar o modo como a agricultura familiar e os(as) agricultores(as) são representados(as) nas matérias jornalísticas. Após a classificação das matérias do *corpus* em cinco eixos temáticos, faz-se a leitura das matérias e a identificação de quais representações são construídas. Para identificá-las, observa-se principalmente dois aspectos: I) a forma como agricultura e agricultores(as) são explicitamente nomeados, qualificados, classificados, através de certos recursos como adjetivos, comparações, etc; e II) a forma como eles(as) são relacionados a outros atores, práticas, situações ou acontecimentos, tendo em vista tais relações também podem sugerir certas representações.

A Rede NSC foi escolhida por ser a principal empresa de comunicação de Santa Catarina do Estado, ocupando um lugar de destaque na cobertura jornalística catarinense. Sendo assim, realizamos um levantamento das notícias e reportagens produzidas por veículos da Rede e publicadas online no Portal NSC com um recorte temporal de uma

década (2010-2020) através das seguintes palavras-chave: “agricultura”, “agricultura familiar”, “agricultor”, “agricultora”, “agricultores”, “produtor rural”, “produtores rurais”, “camponês”, “camponesa”, “camponeses”. Depois uma filtragem nos 243 materiais coletados no Portal NSC, entre 2010 e 2020, chegamos ao número de 150 conteúdos jornalísticos que corresponde ao *corpus* da pesquisa.

AS REPRESENTAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PORTAL NSC

As matérias analisadas foram publicadas com relativa regularidade ao longo da década analisada (2010-2020), identificando-se os anos de 2013 e 2019 com o maior número de matérias, ambos com 18 materiais. As matérias são mais veiculadas nos jornais Diário Catarinense (96) e A Notícia (34), o que corresponde a aproximadamente a 86% do *corpus*. Em relação aos gêneros jornalísticos das unidades de análise, todas são informativas com maior incidência de notícias (81), as quais se concentram nas editorias Cotidiano (102) e Economia (37).

Com relação ao total de matérias por eixos temáticos observamos que, das 150 unidades de análise, aquelas pertencentes ao eixo *Promoção da agricultura familiar* foram as mais frequentes, contabilizando 42 unidades. Na sequência, *Viabilidade Econômica* e *Dificuldades e Reivindicações*, ambos com 37 materiais, e com quantidades menores as delimitadas nos eixos *Transformações Sociotécnicas* (19) e *Iniciativas Sociais* (15). Observamos que agricultores são atores centrais principalmente nos conteúdos de *Promoção da Agricultura Familiar*, ao mesmo tempo que são considerados atores secundários nas matérias do eixo de *Viabilidade Econômica*. Quanto à totalidade de fontes declaradas, contabilizamos 531 pessoas ou instituições citadas nominalmente, 395 são fontes gerais e 136 são agricultores familiares. Dentre as fontes gerais, estão as oficiais (100), seguidas por autoridades (90), especialistas (88) e, por fim, cidadãos comuns (63).

No tópico em que observamos as motivações da pauta, contabilizamos que a principal fonte de dados das matérias é a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), sendo que em pelo menos 29 unidades analisadas fica explícito que os assuntos referentes à agricultura familiar partiram de releases, pesquisas, levantamentos ou notícias desta empresa. Algumas outras instituições são citadas com certa frequência e consideramos que podem ser motivadoras das pautas, como as Prefeituras Municipais e suas Secretarias (20), as assessorias de Sindicatos Rurais (4) e a

Defesa Civil (3). Notamos ainda que informações de entidades privadas também são norteadoras de diversas pautas. Em pelo menos 12 casos as matérias são motivadas por dados destas corporações e empresas.

A partir da análise descritiva do material coletado, da qual nos ocupamos até agora, demos conta das duas primeiras dimensões de análise propostas nesta pesquisa (*Temas e Atores em destaque*). Em seguida, partimos para a análise dos elementos identificados nas matérias selecionadas, que ajudam a reconhecer e interpretar as representações sociais construídas pelo jornalismo da Rede NSC sobre agricultura familiar. Trata-se da terceira dimensão de análise definida na presente pesquisa. Abaixo, pontuamos alguns aspectos de nossa análise interpretativa das matérias a partir de cada um dos cinco eixos temáticos.

Promoção da agricultura familiar

Em nossa análise identificamos que as representações que prevalecem neste eixo são da agricultura familiar como herança cultural e atividade tradicional que atravessa as gerações. Entretanto, percebemos que muitos dos costumes e tradições que fazem parte da vida dos agricultores são relatadas nas matérias como algo exótico, diferente e distante, sem aprofundamento a fim de descrever as motivações e o histórico por trás das práticas e celebrações daquele contexto rural. Essa escolha de evidenciar tais aspectos constrói sentidos negativos sobre a agricultura (escassez, atraso, precariedade) e sentidos pejorativos sobre agricultores (caipiras, ignorantes, se contentam com pouco). Nas narrativas observamos que prevalece o tom de curiosidade nos textos jornalísticos, da pauta que busca pelo desconhecido, com narrativa que procura explorar e revelar descobertas e até com certo espanto e surpresa.

Uma outra tendência identificada neste eixo é a agricultura familiar pautada como prática sustentável que promove uma vida saudável. As matérias buscam promover a agricultura familiar através de uma perspectiva positiva, de uma atividade sem agrotóxicos, próxima a natureza, que promove reunião e interação com a comunidade e da satisfação de plantar e colher o próprio alimento. Nessa abordagem a agricultura familiar é representada como vivência humana que permite respirar ar fresco, caminhar ao ar livre e viver com tranquilidade e sossego.

Verificamos que ambas as tendências constroem imagens de que o rural e a agricultura estão distantes da cidade, que são coisas distintas, opostas, sem relação direta.

Assim, para promover a agricultura familiar, o jornalismo da NSC tende a distanciar o rural e o urbano, demarcando fronteiras através da descrição de ações e aspectos que considera divergentes ou anormais. Por meio de nossa análise, observamos que há uma carência do jornalismo de entender as relações campo-cidade como uma via de mão dupla, na qual as assimetrias e descontinuidades não significam necessariamente desequilíbrios, mas relações de complementaridade pelas quais as funções recíprocas se alimentam e são intercambiadas (WANDERLEY, 2009, p. 72).

Viabilidade econômica

Na análise interpretativa, percebemos que a agricultura familiar é representada como atividade inovadora, versátil, moderna, tecnológica, empreendedora, capaz de se adaptar e de se inserir em novos nichos do mercado. Neste eixo, a agricultura está associada a ideia de produtividade, lucro, comercialização, exportação e crescimento, sugerindo que a viabilidade da produção agrícola se limita a esses aspectos, quando sabemos que se trata de um assunto muito mais complexo que envolve políticas públicas de incentivo e crédito, qualificação e capacitação dos agricultores, necessidades específicas do local, da terra e da família, etc. Notamos ainda que as manchetes dos materiais desse eixo temático prevalecem o uso de dados e porcentagens indicando a alta na produtividade e/ou as conquistas em rankings nacionais que monitoram a produção agrícola. Sempre com a adoção de um tom de celebração e de entusiasmo, com o emprego de palavras como ‘confiante’, ‘otimismo’ e ‘celebram’.

Percebemos que essas representações geralmente estão relacionadas ao fato de haver uma indistinção entre os conceitos (e práticas) de agricultura familiar e de agronegócio. Nas unidades analisadas, os/as jornalistas não diferenciam muito um ou outro, ou sequer dedicam tempo e espaço para aprofundar essa questão. Inferimos, portanto, que, ao pautar temáticas econômicas, agricultura familiar e agronegócio são compreendidos pela NSC como práticas iguais e/ou complementares, reafirmando a imagem de que “agro é tudo”, como é divulgado na campanha da Rede Globo “Agro: a indústria riqueza do Brasil”.

Por fim, nesse eixo, notamos que as matérias se restringem ao foco econômico e não apresentam abrangência – fatos periféricos ou correlatos que possam ajudar a dar nexos, a contextualizar o fato original. Conforme o professor Jorge Ijuim (2016) sublinha, na modernidade, com a ascensão do pensamento científico, conhecer significa

quantificar. Assim, “o que não é quantificável é cientificamente irrelevante. [...] o rigor científico assenta na redução da complexidade” (SANTOS, 2010, p. 27-28 *apud* IJUIM, 2016, p. 8).

Dificuldades e reivindicações

Na análise interpretativa observamos que a agricultura familiar é representada neste eixo como uma atividade econômica dependente, difícil, cruel, desgastante, instável, insegura, sem amparo e exposta aos fenômenos climáticos. Observamos que o fator clima/tempo é colocado como a principal dificuldade da atividade agrícola. Nessas coberturas de fenômenos climáticos (chuva, granizo, tempestades, seca), as lamentações geralmente estão presentes nas falas de fontes especializadas, as quais costumam destacar apenas perdas financeiras e o impacto econômico de maneira geral. Agricultores não são atores centrais na maioria das matérias que abordam essa temática e não conhecemos, por meio dos textos, a perspectiva desses sujeitos, pois só figuram como fonte em seis notícias que relatam impactos de fenômenos climáticos. Tal constatação revela que, mesmo em temáticas tão relacionadas com a sua vida, agricultores familiares não são ouvidos pelas mídias da NSC, o que é bem significativo, pois este eixo engloba justamente os assuntos que impactam diretamente o cotidiano dessas famílias e o seu trabalho, onde poderia aparecer mais a pró-atividade de jornalistas, buscando entender e ouvir as dificuldades e reivindicações desses sujeitos.

Além disso, verificamos que a cobertura jornalística tende a tratar estes fenômenos como “inevitáveis” ou “acidentais”, descrevendo esses acontecimentos como meros imprevistos, o que é uma grave falha (ou escolha) da produção jornalística. Isso porque não só ‘esquece’ de problematizar assuntos relevantes como a relação entre crise climática e agricultura familiar, como também constrói a ideia de que nada pode ser feito, de que é assim mesmo (normalização, conformismo, sem problematizar ou cobrar por políticas públicas), e de não há relação entre as ações humanas e os fenômenos da natureza (o ser humano como um sujeito alheio ao ambiente).

Transformações sociotécnicas

As matérias deste eixo abordam muito mais aquelas transformações técnicas do que aquelas sociais. A agricultura familiar é representada como prática em desenvolvimento, que está se adaptando às “benesses da cidade” através da inserção de

maquinários, tecnologias e inovações. Ao analisar as matérias ressaltamos duas tendências: primeiro a de relatar novas ferramentas tecnológicas aplicadas ao campo (maquinário, sementes modificadas, novas espécies, insumos, fertilizantes, tecnologia) e, segundo, de menor predominância, a tendência de pautar questões ambientais (agrotóxico, produção sustentável, agroecologia, mudança de perfil, etc).

Em ambas as tendências, as representações são da agricultura familiar como prática de trabalho inadequado e não modernizado. Assim, as narrativas geralmente buscam justificar a inclusão de novas tecnologias no campo amparada em aspectos relacionados ao volume de produção, otimização do trabalho, aumento do lucro e a ideia de sustentabilidade. No entanto, não encontramos nenhum relato sobre a preocupação com a qualidade de vida e trabalho dos agricultores ou discussões sobre o impacto da implementação dessas novas tecnologias. Nesse sentido, percebemos que há um hiato na cobertura jornalística, pois não encontramos qualquer cobrança sobre o poder público, sendo um importante agente de fomento, amparo e estímulo para a agricultura familiar. Dessa forma, as transformações sociotécnicas acabam se resumindo às iniciativas dos próprios produtores, os quais normalmente são aqueles mais capitalizados, e/ou empresas de tecnologia, isentando os governos de sua responsabilidade de discutir, criar e executar políticas públicas.

Iniciativas sociais e/ou Políticas públicas

Neste eixo a agricultura familiar é representada como atividade carente, sofrida e desorganizada. Identificamos que três matérias tratam das mobilizações dos agricultores, sendo que todas envolvem o MST, as quais tendem a abordar as ações do movimento de maneira negativa, isolada, superficial e até criminosas, silenciando os direitos, vozes e reivindicações desses sujeitos. Isso porque, conforme verificamos, as fontes mais acionadas são advogados defendendo proprietários de terras ou policiais que estão atuando no fato. Agricultores são pontualmente entrevistados e a principal reivindicação dos grupos, que é a reforma agrária, é reduzida pela cobertura jornalísticas como a “busca de terra para plantar”, sem contextualização e aprofundamento da discussão.

Neste eixo encontramos também cobertura sobre iniciativas financeiras e socioculturais de/para o meio rural, tanto da esfera pública como da sociedade civil. Essas matérias constroem representações de agricultores familiares como sujeitos desconfiados e que vivem numa condição inferiorizada. Desse modo, ao relatar políticas que fomentam

educação, cultura, lazer (consideradas como “bens da cidade”), os materiais jornalísticos procuram descrevê-las como uma possibilidade de os indivíduos superarem a condição de agricultor e/ou de sujeito rural e uma forma de superar o rural por meio da “urbanização do campo”.

Podemos pensar que a falta de abordagens adequadas e de um maior esforço da cobertura jornalística em problematizar as políticas públicas desenvolvidas para a agricultura familiar (ou a falta delas), aprofunda ainda mais a exclusão social da categoria. Ou seja, a soma da ausência de iniciativas sociais com a insuficiente cobertura jornalística sobre o tema, perpetua não só representações negativas sobre a prática e dinâmica agrícola familiar, mas também contribui para a manutenção das desigualdades no meio rural e de estereótipos da vida no campo e dos sujeitos agricultores.

CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Através de nossas análises observamos que existe certa contradição da cobertura jornalística sobre agricultura familiar nos veículos do grupo NSC. Por um lado e em certas temáticas, as matérias constroem representações que a associam à precariedade, pobreza, desorganização, trabalho inadequado, prática exótica. Por outro, também descreve a atividade agrícola familiar como tradição de valor histórico-cultural para a sociedade, acionando representações relacionadas ao conhecimento que passa de geração em geração, proximidade com a natureza, vida saudável, sustentabilidade, prática empreendedora, inovadora e diversa.

Nossas análises também evidenciam que a NSC pratica mais um jornalismo reativo do que proativo e inventivo nas pautas e abordagens sobre agricultura familiar. Percebemos que a cobertura jornalística só reage às tragédias, aos danos, aos acontecimentos, aos protestos, sem ter iniciativa de pautar com regularidade as causas desses problemas/ações e suas consequências para a agricultura familiar e os trabalhadores desse setor. Nesse sentido, verificamos que a cobertura do Portal NSC sobre agricultura familiar concentra-se em alguns poucos aspectos dos contextos rurais e das dinâmicas agrícolas familiares, restringindo as narrativas à fatores econômicos/financeiros, sem esforço em contextualizar o fato original. Sendo assim, a cobertura sobre agricultura familiar em Santa Catarina mostra, sobretudo, como a imprensa isola essa atividade econômica num compartimento - e muitas vezes num lugar muito mais relacionado com o agronegócio do que com a agricultura familiar em si - em

detrimento das várias intercomunicações que possui nas diversas dimensões da vida social e que não podem ser quantificadas e medidas em gráficos.

Percebemos, portanto, que o jornalismo pouco complexifica o rural contemporâneo, bem como ignora diversos aspectos que atravessam a agricultura familiar e os trabalhadores do campo. Isso porque a cobertura jornalística da NSC, conforme verificamos, tem a propensão de distanciar o rural e o urbano, demarcando fronteiras através da descrição de ações e aspectos que considera divergentes. Desse modo, a agricultura familiar e o meio rural são compreendidos pelo jornalismo da NSC ou como espaços que despertam curiosidade, cujas pautas focam em fatos exóticos, inusitados, incomuns, diferentes e alheios aos costumes “civilizados” das grandes cidades, ou como espaço em modernização e urbanização, se adaptando às “benesses da cidade”.

Como explica Wanderley (2009), o “rural” nos materiais jornalísticos (e, conseqüentemente, no imaginário social) termina sendo, simplesmente, o que não é urbano ou o que “sobra” e está fora dos limites físicos das cidades e vilas. O jornalismo, como participante da construção da realidade social, poderia contribuir explicitando que o rural não está em oposição, mas em relação ao urbano. Conforme evidenciamos, o meio rural e as cidades se inscrevem num espaço comum como relações de complementaridade e interdependência. Assim, o grande desafio na cobertura jornalística sobre agricultura familiar é compreender os processos sociais pelos quais estas realidades se interligam em profundidade, reiterando-se mutuamente. Na tentativa de expandir essas discussões, o jornalismo poderia pautar uma gama de outras temáticas que enriqueceria o debate público sobre os novos vínculos contemporâneos entre o rural e o urbano. A ausência dessa problematização demonstra que o Portal NSC confunde (ou reduz) o “rural” com o “agrícola”. Como explica Wanderley (2009), essa associação entre as duas categorias constitui uma das justificativas sociais da própria modernização da agricultura vista como uma resposta às necessidades de transformação do conjunto do meio rural. De acordo com a autora, para “questionar a assimilação do rural ao setorial” se faz necessário introduzir no debate e nas intervenções públicas outras dimensões do desenvolvimento rural, relacionando às condições de vida da população do campo e valorização dos recursos naturais e culturais (WANDERLEY, 2009, p. 76).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: **Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, Anais, 1997.

ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Paidós, Barcelona, 1989.

BRASIL. **Decreto-lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em abril de 2021.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 11, 1998.

FRANÇA, Vera. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Representação, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, Miguel; GOMES, Renato Cordeiro; FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de (Org.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Puc Rio; Ideias & Letras, 2004.

MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação campo-cidade. In.: MARTINS, José de Souza. (Org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 11-38.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Notes towards a description of social representations**. European Journal of Social Psychology, n. 18, 1988, p. 211-250.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais - investigações em psicologia social**. Ed. Vozes, 11ª edição, Petrópolis, RJ, 2015.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**, 2008.

SILVA, Gislene. Imaginário coletivo: estudos do sensível na Teoria do Jornalismo. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 244-252, setembro/dezembro 2010.

SILVA, Terezinha; FRANÇA, Vera. Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais. Ecompós: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v. 20, n. 3, p.1-21, 2017.

WANDERLEY, Maria.de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2000.